

País pede mais US\$

ARNOLFO CARVALHO

da Editoria de Economia

O Brasil vai pedir aos bancos estrangeiros novos empréstimos externos para fechar as contas deste ano, com valor entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões, de acordo com a informação que o Banco Central já transmitiu aos sete economistas enviados pelos credores, que integram o Subcomitê de Economia vinculado ao Comitê Assessor encarregado de gerenciar a rolagem da dívida externa brasileira.

Os economistas reúnem-se hoje com o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, para analisar os dados até agora recolhidos sobre a economia brasileira e, especialmente, a estimativa de necessidades de novos empréstimos em moeda estrangeira para fechar o balanço de pagamentos deste ano. Dependendo do encontro com Langoni será marcada imediatamente uma segunda audiência com os ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazea.

Após o final de semana no Rio, o subcomitê voltou a se reunir durante esta segunda-feira com técnicos do Banco Central, concentrando sua atenção principalmente na situação atual do fluxo de caixa do País, discutida com o Departamento de Operações Internacionais (Depin). No final da tarde, os sete economistas encontraram-se mais uma vez com o chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Alberto Sozim Furuguen, para analisar aspectos do balanço de pagamentos.

Para se chegar à estimativa da necessidade de novos empréstimos — hipótese até pouco tempo negada pelo Governo — as autoridades partiram de três pontos principais: primeiro, no item relativo a investimentos externos no país o Governo

contava inicialmente com pouco mais de US\$ 1 bilhão, mas depois baixou a previsão para US\$ 800 milhões. Com os resultados do primeiro semestre ficou claro que a entrada de recursos sob a forma de investimento direto ficará abaixo desta segunda estimativa.

Segundo, o País esperava pagar ao exterior este ano cerca de US\$ 9,5 bilhões em juros, desde que a média da Libor (taxa interbancária de Londres) nos últimos dois semestres ficasse em 10%. Como ficou um pouco acima, os economistas estrangeiros aceitaram as novas estimativas do Governo, segundo as quais o País pagará ao exterior um total de juros superior à previsão original.

Terceiro, o programa revisto para a área externa da economia contava com a entrada de US\$ 10 bilhões através de crédito interbancário concedido às agências de bancos brasileiros no exterior, dentro do Projeto 4. Mas até agora o saldo daqueles créditos interbancários não passou muito de US\$ 6 bilhões, embora a nova estimativa brasileira já tivesse baixado o volume solicitado no Projeto 4 para US\$ 7,5 bilhões. Há também variação para menos no saldo dos créditos comerciais de curto prazo, obtidos no exterior através do Projeto 3.

Além destes três itens principais que foram recalculados no balanço de pagamentos deste ano, o Governo comunicou também aos economistas dos bancos credores que o ganho esperado no saldo das reservas externas do País ficará abaixo da previsão inicial de pouco mais de US\$ 1 bilhão — e talvez bem abaixo da meta revista há pouco tempo, segundo a qual as reservas até dezembro voltariam a crescer US\$ 800 milhões.

Mesmo assim, pelos números

apresentados aos economistas fica garantido que dificilmente o País enfrentará novamente problemas de liquidez (falta de dólares para pagar contas no exterior) até o final do ano, desde que possa contar com os novos empréstimos estimados entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões. Esta estimativa parte do pressuposto que os mesmos bancos estrangeiros vão entrar com valor global do empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões assinado em fevereiro, do qual só foram liberados até agora cerca de US\$ 2,4 bilhões. O restante entraria em parcelas trimestrais cuja liberação está condicionada ao fornecimento das parcelas do empréstimo concedido pelo FMI, no valor de US\$ 4,8 bilhões.

Após concluir os levantamentos em Brasília, iniciados na semana passada, os economistas do subcomitê — representado Citibank, Morgan Guaranty, Bankers Trust, Lloyds Bank, Banco de Montreal, União de Bancos Suíços e Banco de Tóquio — encaminharão um relatório ao vice-presidente do Citibank, William Rhodes, que é o presidente do Comitê Assessor recém-formado para gerenciar a segunda etapa da renegociação da dívida brasileira.

Com base neste relatório é que o Comitê Assessor vai decidir — através dos quatorze grandes bancos internacionais que o integram — se os novos empréstimos pretendidos pelo Brasil poderão ser concedidos. Técnicos do Governo que vêm se reunindo com os economistas acreditam que os recursos serão colocados à disposição do País, inclusive porque até agora não houve divergências com os economistas enviados pelos credores, que têm demonstrado concordância com os números principais da estimativa do balanço de pagamentos.

3,5 bi

terça-feira, 5 de julho de 1983 — 9